UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PLANO DE ENSINO

I. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Psicologia **Semestre**: 2018.2 **Turma**: 06319
Disciplina: PSI 5630 Psicologia Jurídica
Horas/aula semanais: 4 **Horário**: 513304
Professor: Andréia Isabel Giacomozzi
Sala: 309 CFH **Email**:agiacomozzi@hotmail.com

II. EMENTA

Psicologia Jurídica: aspectos históricos, objeto e domínios de intervenção. Estado da arte do conhecimento psicológico nas relações com a Justiça, o Direito e a Lei. Noções do Direito necessárias a formação e capacitação do psicólogo que atua no campo jurídico. O papel do psicólogo nas organizações da justiça. Psicologia Jurídica e Direito Civil. Psicologia Jurídica no âmbito da Infância e Juventude. Psicologia Jurídica e Direito de Família. Psicologia Jurídica e o Direito Penal. Métodos não-adversariais de resolução de conflitos. A perícia psicológica no contexto judiciário. Aspectos éticos e documentos legais em Psicologia Jurídica.

III. TEMAS DE ESTUDO

- Psicologia Jurídica: aspectos históricos, objeto e domínios de intervenção
- A inserção do psicólogo na carreira jurídica. Atribuições e Normas CRP
- Psicologia e Criminologia
- Perícia e Laudos Psicológicos- Avaliação Psicológica
- Direito de Família - Guarda Compartilhada
- Alienação Parental.
- Psicologia jurídica no âmbito da infância e juventude.
- Abuso sexual
- Medidas sócio-educativas
- Divorcio e Mediação Familiar

- Violência Doméstica – Políticas, leis, trabalho com vítimas e agressores
- Psicologia Policial
- Autópsia Psicológica

IV. OBJETIVOS

Desenvolver competências e habilidades dos alunos para:

1) Identificar conceitos e fundamentos da ciência psicológica que contribuem na compreensão dos fenômenos jurídicos.
2) Delimitar o objeto e as áreas de abrangência da Psicologia Jurídica no contexto do Direito;
3) Distinguir as implicações técnico-científicas e éticas decorrentes da relação entre Psicologia e Direito;
4) Conhecer as diferentes possibilidades profissionais neste campo em organizações de justiça

V. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E CRONOGRAMA

Aula	**Data**	**Atividades/Temas de estudo**	**Materiais de referência**
1	02/08	**Não haverá aula**	CIRS - Conferencia Internacional sobre Representações Sociais em Buenos Aires
1	09/08	**Apresentação e discussão do Plano de ensino e avaliações Noções iniciais Psicologia Jurídica**	**1.** Torraca de Brito, L. M. (2012). Anotações sobre a Psicologia jurídica. *Psicologia Ciência e Profissão.* 32, 194-205. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca14.pdf
2	16/08	**Psicologia Jurídica: aspectos históricos, objeto e domínios de intervenção**	**2.** Rovinski, S. L. R. (2009). Psicologia Jurídica no Brasil na América Latina: Dados Históricos e suas repercussões quanto a avaliação Psicológica. Em Rovinski, Sonia Liane Reichert; Cruz, Roberto Moraes (Org.). Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção (pp.11-22). São Paulo: Vetor. Número de chamada na Biblioteca Central : **34:159.9 P974 (10 exemplares disponíveis).**

3	23/08	**A inserção do psicólogo na carreira juridica** **Atribuições e Normas CRP**	**3.** OTARAN, Paola de Matos; AMBONI, Graziela. A caracterização do trabalho do psicólogo no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 49, n. 2, p. 94-117, nov. 2015. ISSN 2178-4582. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2015v49n2p94/30841>. Acesso em: 20 jul. 2016. doi:http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2015v49n2p94. 4. Brito, L. M. T. de; Beiras, A. ; Oliveira, J. D. G. (2012). Psicologia Jurídica: reflexões críticas sobre demandas emergentes e exigências profissionais. Cuadernos de Psicologia, v. 14, p. 25-36, 2012. Disponível em: http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/1134/860 Lista de atribuições do CFP: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf
4	30/08	**Laudos Psicológicos-Avaliação Psicológica / Perícia (Noções básicas)**	5. Rovinski, S. L. (2004). Fundamentos da perícia psicológica forense. São Paulo: Vetor. 6. Barreto, N. A.; Silva, P. R. M. (2011). Laudo psicológico? Reflexões ético-metodológicas sobre a dispersão das práticas psicológicas no judiciário. Disponível em: http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/212/pdf_197
5	06/09	**Experiência de trabalho no tribunal de justiçaa de SC - Adoção / Laudos Psicológicos / Destituição Poder Familiar / Varas de Família**	7. Nicoletti, M.; Giacomozzi, A. I.; Cabral, M. F. (2017) Analise de dois estudo de casos de abuso sexual cometido por mães. Revista de Psicología Vol. 35 (2), 2017 (ISSN 0254-9247). Disponível em https://dx.doi.org/10.18800/psico.201702.002 CFP. Resolução perícia/assistente técnico.(2010 e 2012) http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010_008.pdf Resolução sobre documentos do CFP http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf
6	13/09	***Temas em Psi. Jurídica*** ***Psicologia Policial***	8. Soria-Verde, M. A. (2010). La psicología policial. Em: M. A. Soria-Verde. (org.). Manual de Psicologia Jurídica e investigación criminal (pp.167-188). Madrid: Psicología Pirámide. 9.Werlang, B. G. (2000). Avaliação retrospectiva: autópsia psicológica para casos de suicídio. Em: J. A. Cunha, Jurema Alcides (org.) Psicodiagnóstico - V (pp.196-201) Porto Alegre: Artes Médicas.

7	20/09	**Semana da Psicologia**	Não haverá aula
8	27/09	**Mediação de conflitos e guarda compartilhada**	**10.** Müller, F. G.; Beiras, A.; Cruz, R. M.. (2007). O trabalho do psicólogo na mediação de conflitos familiares: reflexões com base na experiência do serviço de mediação familiar em Santa Catarina. Aletheia, n. 26. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n26/n26a16.pdf Acesso em 12-02-2015. **11.** Torraca de Brito, L. M.; Gonsalves, E. N. (2015). Guarda compartilhada: alguns argumentos e conteúdos da jurisprudência. **Rev. direito GV**, São Paulo , v. 9, n. 1, June 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322013000100011&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Feb. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322013000100011.
9	04/10	**ENTREGA RESENHAS FILMES** **Justiça Restaurativa**	**12.** Sousa, Edson Luiz André de, & Züge, Márcia Barcellos Alves. (2011). Direito à palavra: interrogações acerca da proposta da justiça restaurativa. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *31*(4), 826-839. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000400012&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1414-98932011000400012. Acesso em 17-02-2015. **13.** Endo, Paulo. Psicanálise, Direito e Justiça Restaurativa. (2008). Polêmica, 31-39. Disponível em http://www.justica21.org.br/arquivos/bib_308.pdf. Acesso em 17-02-2015.
9	11/10	***Temas em Psi. Jurídica*** **Medidas Socioeducativas**	**14.** Brito, L. M. T. (2007). Liberdade Assistida no Horizonte da Doutrina de Proteção Integral.Psicologia: Teoria e Pesquisa. 23 (2), 133-138. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n2/a03v23n2.pdf 15. Scisleski, A.C.C., Reis, C., Hadler, O., Weigert, M.A.B., Guareschi, N.M.F. (2012). Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 64 (3), 19-34. Disponível em: http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/774 **Primeira Etapa Avaliação Discente**

10	18/10	***Temas em Psi. Jurídica*** ***Disputa de guarda, Alienação Parental e falsas denúncias de abuso sexual***	**16.** Amendola, M. (2008). As falsas denúncias de abuso sexual de pais contra filhos: caminhando na contramão. Brito, L. (Org.). Famílias e separações: perspectivas da Psicologia Jurídica. RJ: Eduerj, 2008, p. 159-186. **17.** TSUNEMI NEGRAO, Natalia; ISABEL GIACOMOZZI, Andréia. A separação e disputa de guarda conflitiva e os prejuízos para os filhos. liber., Lima, v. 21, n. 1, enero 2015 . Disponible en <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1729-48272015000100010&lng=es&nrm=iso>. accedido en 20 jul. 2016. **Segunda Etapa Avaliação Discente**
11	25/10	***Temas em Psi. Jurídica*** ***Adoção e Abandono Afetivo***	18. Giacomozzi, A. I; Nicoletti, M. & Godinho, E. (2015). As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção. Psychologica, v.58, n1. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14195/1647-8606_58 -1_3. 19. Coltro, B; Giacomozzi, A. I.; Peixono, K. (2017) Avaliação psicológica em processos judiciais de abandono afetivo: conflitos familiares e as demandas do judiciário. Quaderns de Psicologia, Vol. 19, No 3, 287-298 ISNN: 0211-3481. Disponível em DOI: https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1422
12	01/11	***Violência doméstica contra mulher*** ***Questões de gênero*** ***Convidado Ricardo Luiz de Bom Maria (Psicólogo do TJ-SC)***	20. Beiras, A.; Moraes, M.; Alencar-Rodrigues, Cantera Espinosa, L. (2012) Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas. Psicologia & Sociedade, 24(1), 36-45. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000100005 21. Alencar-Rodrigues, R. Cantera, L. (2012). Violência de gênero em casais: Uma revisão teórica. Revista Psico, 42, 1, 116-126. Disponível em http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11106/7626
13	08/11	***Apresentação das sentenças judiciais***	
14	15/11	***Apresentação das sentenças judiciais***	
15	22/11	***Apresentação das sentenças judiciais***	
15	29/11	***Nova Avaliação Prova***	

VI. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

- Aulas expositivas-dialogadas. Discussão dos textos.

- Debates com disparadores como filmes e matérias divulgadas pelas várias mídias ou material jurídico.
- Dinâmicas ou exercícios práticos reflexivos.
- Seminários temáticos.
- Relatos de experiência com profissionais convidados.

VII. AVALIAÇÃO

a) Avaliação I - Resenha individual de filme indicado, utilizando os termos e conhecimentos adquiridos até então na disciplina. Equivalente a 40% da nota.

b) Avaliação II - Discussão e apresentação em grupo de uma sentença judicial que use o saber psicológico. Apresentação em formato de banca. Equivalente a 40% da nota.

c) Avaliação III - Apresentação dos textos estudados como protagonista das aulas voluntariamente. Equivalente a 20% da nota.

OBSERVAÇÕES:

1) **A atribuição de notas para avaliações escritas ou apresentações levará em conta os seguintes critérios:**
   a) Objetividade, clareza e coerência das ideias pautadas no documento ou na apresentação;
   b) Uso correto das regras da língua portuguesa e das normas da ABNT ou APA;
   c) Conhecimento demonstrado das temáticas apresentadas na disciplina sobre a área de estudo;
   d) Articulações entre os conceitos desenvolvidos;
   e) Análise crítica das possibilidades e limites das intervenções dos psicólogos no campo de estudo;
   f) Qualidade da apresentação (recurso audiovisual e conteúdo abordado).

2) **Sobre o andamento das aulas:**
   a) Manter os celulares desligados e usar com criteriosidade equipamentos eletrônicos.
   b) Cuidar uns dos outros do processo de aprendizagem (ouvindo, debatendo, sugerindo, instigando reflexões com base nos textos e aulas).
   c) Trazer os textos recomendados para consulta em sala.
   d) Utilizar, em sala de aula, materiais de consulta pertinentes à disciplina.

VIII. NOVA AVALIAÇÃO

Conforme previsto no Artigo 70, parágrafo 2º da Resolução 017/CUn/97 (Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC), terá direito a uma nova avaliação, ao final do semestre, o aluno com frequência suficiente (FS) e média das avaliações do semestre entre 3,0 (três) e 5,5 (cinco vírgula cinco). A nota final, neste caso, será o resultado da média aritmética entre a média das avaliações do semestre e a nota obtida pelo aluno nessa nova avaliação, conforme previsto no Artigo 71, parágrafo 3º da citada Resolução.

IX. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Alencar-Rodrigues; R. Cantera, L. (2012). **Violência de gênero em casais: Uma revisão teórica.** Revista Psico, 42, 1, 116-126. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11106/7626

Amendola, M. (2008). **As falsas denúncias de abuso sexual de pais contra filhos: caminhando na contramão.**

Brito, L. (Org.). (___). **Famílias e separações: perspectivas da Psicologia Jurídica**. RJ: Eduerj, p. 159-186.

Barreto, N. A.; Silva, P. R. M. (___). **Laudo psicológico? Reflexões ético-metodológicas sobre a dispersão das práticas psicológicas no judiciário.** Disponível em: http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/212/pdf_197

Beiras, A. (2009). **Grupos de homens autores de violência - possibilidades de intervenções diante das recomendações propostas na lei Maria da Penha.** En S. L. R. Rovinski, & R. M. C. (Eds.). Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção (pp. 129-144). São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica.

Beiras, A.; Moraes, M.; Alencar-Rodrigues, Cantera Espinosa, L. (2012). **Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas.** Psicologia & Sociedade, 24(1), 36-45.

Brito, L. M. T. de ; Beiras, A. ; Oliveira, J. D. G. (2012). **Psicologia Jurídica: reflexões críticas sobre demandas emergentes e exigências profissionais.** Cuadernos de Psicologia, v. 14, p. 25-36, 2012. Disponível em: http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/1134/860

Brito, L. M. T de. (2008) . **Diga-me agora... O depoimento sem dano em análise.** Psicologia Clínica, v. 20, p. 113-126, 2008.

Brito, L. M. T de. (2012). **Anotações sobre a Psicologia jurídica.** Psicologia Ciência e Profissão. 32, 194-205. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca14.pdf

Brito, L. M. T **de.; Gonsalves, E. N. (2013).** Guarda compartilhada: alguns argumentos e conteúdos da jurisprudência. Rev. direito GV, São Paulo , v. 9, n. 1. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322013000100011&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Feb. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322013000100011.

Coltro, B; Giacomozzi, A. I.; Peixono, K. (2017) **Avaliação psicológica em processos judiciais de abandono afetivo: conflitos familiares e as demandas do judiciário**. Quaderns de Psicologia, Vol.

19, No 3, 287-298 ISNN: 0211-3481. Disponível em DOI: https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1422

Costa, F. No.; Cruz, R. M. (2005). **Atuação de Psicólogos em Organizações de Justiça do Estado de Santa Catarina.** Em R. M. Cruz, S. K Maciel, D. C. Ramirez (org). O trabalho do Psicólogo no campo Jurídico (pp.19-40). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Cruz, R.; Maciel, S.; Ramirez, D. (orgs.). (2005). **O trabalho do psicólogo no campo jurídico.** São Paulo: Casa do Psicólogo.

Giacomozzi, A. I; Nicoletti, M. & Godinho, E. (2015). **As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção**. Psychologica, v.58, n1. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14195/1647-8606_58 -1_3.

Martins, S. Prado F, Kleber. (2012). **Relações arqueológicas entre criminologia e psicologia: a emergência de discursos e práticas**. Em: S. Martins, A. Beiras, R. M. Cruz (Orgs). Reflexões e experiências em Psicologia Jurídica no contexto criminal/penal. São Paulo: Vetor.

Martins, S.; Beiras, A.; Cruz, R. M. (2012). **Reflexões e experiências em Psicologia Jurídica no contexto penal/criminal.** São Paulo: Vetor.

Müller, F. G.; Beiras, A.; Cruz, R. M. (2007). **O trabalho do psicólogo na mediação de conflitos familiares: reflexões com base na experiência do serviço de mediação familiar em Santa Catarina.** Aletheia, n. 26, 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n26/n26a16.pdf Acesso em 12-02-2015.

Nicoletti, M.; Giacomozzi, A. I.; Cabral, M. F. (2017) **Analise de dois estudo de casos de abuso sexual cometido por mães**. Revista de Psicología Vol. 35 (2), 2017 (ISSN 0254-9247). Disponível em https://dx.doi.org/10.18800/psico.201702.002

Rovinski, S. L. (2004). **Fundamentos da perícia psicológica forense.** São Paulo: Vetor.

Rovinski, S. L. R. (2009). **Psicologia Jurídica no Brasil na América Latina: Dados Históricos e suas repercussões quanto a avaliação Psicológica.** Em Rovinski, Sonia Liane Reichert; Cruz, Roberto Moraes (Org.). Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção.(pp.11-22). São Paulo: Vetor.

Rovinski, S. L. R.; Cruz, R. M. (2009). **Psicologia Jurídica – perspectivas teóricas e processos de intervenção.** São Paulo: Vetor. Número de chamada na Biblioteca Central : **34:159.9 P974 (10 exemplares disponíveis).**

Sousa, A.; Brito, L. (2011). **Síndrome de alienação parental: da teoria Norte-Americana à nova lei brasileira**. Psicologia Ciência e Profissão, vol.31, no.2, Brasília,, p. 268-283.

Soria-Verde, M. A. (2010). **La psicología policial**. Em: M. A. Soria-Verde. (org.). Manual de Psicologia Jurídica e investigación criminal (pp.167-188).Madrid: Psicología Pirámide.

TSUNEMI NEGRAO, Natalia; ISABEL GIACOMOZZI, Andréia. A separação e disputa de guarda conflitiva e os prejuízos para os filhos. liber., Lima, v. 21, n. 1, enero 2015 . Disponible en <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1729-48272015000100010&lng=es&nrm=iso>. accedido en 20 jul. 2016.

TRINDADE, Jorge. Manual de psicologia jurídica para operadores do direito. 5. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. 711 p. ISBN 9788573487480.

Número de chamada na Biblioteca Central: 343.95 T588m 5.ed.rev.a.a. (10 exemplares disponíveis)

Resoluções do CFP:

Sobre a realização de perícia, produção e análise de documentos: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-017-122.pdf

Sobre a escuta de crianças e adolescentes em situação de violência: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-010-10-com-parecer-sobre-suspens%C3%A3o-judicial.pdf

Sobre a atuação do Psicólogo como perito e assistente técnico no poder Judiciário: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010_008.pdf

Manual de elaboração de documentos escritos produzidos pelo Psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf

X. REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Andrade, C.R.de. (2009). **Os litígios conjugais à luz da psicanálise: da repetição sintomática à responsabilização subjetiva na prática da mediação de conflitos**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Orientadora: Márcia Stengel. Co-Orientadora: Ilka Franco Ferrari. Belo Horizonte, 2009. 133 f.

Beiras, A. Cantera, L. (2012). **Narrativas personales, construcción de masculinidades – aportaciones para la atención psicosocial a hombres autores de violencia.** Psico, 43 (2), 251-259.

Toneli, M. J. F., Lago, M. C. S., Beiras, A., & Clímaco, D. A. (2010). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas.** Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE.

Trindade, J. (2004). **Manual de Psicologia Jurídica.** Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Huss, M. T. (2011). **Psicologia Forense – pesquisa, prática clínica e aplicações**. Porto Alegre: Artesmed.

Gonçalves, H. S.; Brandão, E. P. (2005). **Psicologia Jurídica no Brasil.** Rio de Janeiro: NAU.

Gomes, M. M. (2007). **Contribuição da Psicologia Policial ao gerenciamento de situações críticas: Um diálogo entre a Psicanálise e a Polícia.** Paraná: PUC-PR. Disponível em: http://www.acadepol.sc.gov.br/index.php/download/doc_view/50-a-contribuicao-da-psicologia-policial-ao-gerenciamento-de-situacoes-criticas-um-dialogo-entre-a-psicanalise-e-a-policia

Soria-Verde, M. A. (2011). **Manual de Psicología Jurídica, Forense y Criminal**. Barcelona: Universitat de Barcelona.

Soria-Verde, M. A. (2006). **Psicología Jurídica. Un enfoque criminólogo**. Madrid: Delta Publicaciones.

OBS.: O atendimento aos alunos ocorrerá mediante agendamento pelo email: agiacomozzi@hotmail.com